

## **A VERDADE A QUE TODOS TEMOS DIREITO**

Sendo sempre indesejável qualquer polémica entre organizações de trabalhadores, há ocasiões em que a reposição da verdade nos impede de ficar em silêncio. Efectivamente, a escolha é entre continuar a resistir à intenção do Governo de privatizar o Grupo TAP ou, como fizeram os nove sindicatos que abandonaram a Plataforma Sindical, aceitar essa privatização apenas a troco de meras promessas.

No início deste processo de luta, lembre-se **CONTRA O PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO EM CURSO**, a forte contribuição e empenho do SITAVA tornou possível consolidar a Plataforma Sindical, integrando TODOS os sindicatos representativos do Grupo TAP.

No decurso deste processo de luta, muitas foram as pressões por parte do Governo e do Conselho de Administração da TAP, com muitas e variadas ameaças, tentando abrir brechas na unidade que, de facto, os incomodava. Essas pressões acentuaram-se no período que decorreu entre a reunião realizada a 12 de Dezembro no Ministério da Economia e uma outra realizada na sede do SPAC no dia 23, também de Dezembro.

Recordamos ainda a posição expressa por TODOS os sindicatos representativos dos trabalhadores de terra nos plenários sectoriais que realizámos, plenários esses, com presenças muito significativas e totalmente alinhadas com o apoio à luta em curso, em que foi reafirmado por TODOS os dirigentes sindicais presentes, o seu empenhamento contra o processo de privatização do Grupo TAP.

O que se teria então passado na reunião da Plataforma Sindical no dia 23 de Dezembro? Quando os doze sindicatos discutiam o que fazer com a requisição civil decretada pelo Governo, chegou como por artes mágicas, via e-mail, uma proposta remetida pelo Sr. Secretário de Estado. Para alguns foi uma surpresa, para outros, provavelmente, nem tanto. O resultado é que essa reunião terminou por volta da uma hora da manhã, com nove dos doze sindicatos a aceitarem a proposta e a abandonarem a Plataforma Sindical, abandonando também nessa hora a luta contra a privatização?

Porque esses nove sindicatos, publicaram informações que, no entender do SITAVA, não reflectem o verdadeiro conteúdo do MEMORANDO que esteve em discussão, e que foi por eles aceite, o SITAVA, com o intuito de repor a verdade, e contribuir para o total esclarecimento dos trabalhadores, divulga no verso deste comunicado a versão integral do MEMORANDO subscrito pelos nove sindicatos que ditou a quebra dos compromissos assumidos por estes sindicatos perante os trabalhadores, para continuar a lutar contra a privatização do grupo TAP.

**CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA TAP**  
**UNIDOS SOMOS MAIS FORTES**

## MEMORANDO

Na sequência da reunião ocorrida no Ministério da Economia, em 12 de dezembro de 2014, entre S. Excelências o Ministro da Economia e o Secretário de Estado das infra-estruturas, Transportes e Comunicações e as Associações sindicais signatárias, o **Governo propôs a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por representantes dos signatários e presidido por S. Excelência o Secretário de Estado, no quadro do anúncio do processo de reprivatização de até 66% do capital social da TAP, SGPS, SA.**

Em concreto, este Grupo de Trabalho visa criar as condições para que o Grupo TAP aumente o seu impacto económico positivo em Portugal, através do acréscimo dos fluxos turísticos; das receitas fiscais; e da manutenção da sede e da base operacional do Grupo TAP no território português, por um período não inferior a dez anos após uma eventual alienação pelo Estado, de parte ou da totalidade da sua participação no capital social da TAP, SGPS, SA.

**O Governo e as Associações sindicais signatárias assumem, *a priori*, os seguintes compromissos:**

- a) O Governo compromete-se a não aprovar e publicar, até ao dia 13 de Janeiro de 2015, o Caderno de Encargos do processo de reprivatização do Grupo TAP;
- b) As Associações Sindicais signatárias comprometem-se a desconvocar imediatamente a greve prevista para os dias 27, 28, 29 e 30 de Dezembro de 2014.

**O Governo e as Associações Sindicais signatárias acordam, de boa fé, discutir as matérias abaixo indicadas no seio do Grupo de Trabalho:**

- 1.) Prazo adicional ao limite legal para a prevenção da denúncia unilateral, pelo Grupo TAP, de todos os Acordos de Empresa em vigor no território nacional;
- 2.) Definição dos mecanismos de protecção do perímetro empresarial do Grupo TAP, aplicáveis por um período não inferior a dez anos após uma eventual alienação pelo Estado, de parte ou da totalidade da sua participação no capital social da TAP, SGPS, SA. visando prevenir, em caso de fusão e/ou aquisição, as eventualidades de:
  - a. Transferência do domicílio ou da base operacional do Grupo para o estrangeiro
  - b. Transferência de estabelecimento;
  - c. Despedimento colectivo e Lay off;
  - d. Subcontratação ou externalização ilimitadas das actividades do Grupo;
- 3.) Definição dos mecanismos de protecção das antiguidades, nas eventualidades de fusão ou de aquisição do Grupo TAP;
- 4.) Manutenção da actual capitalização dos instrumentos e veículos de financiamento das responsabilidades, vencidas e vincendas, com pensões, complementos de reforma, prémios de jubilação, seguros de saúde e de vida e possível autonomização destes instrumentos do universo do Grupo TAP, promovendo a gestão individualizada dos mesmos;
- 5.) Promoção da adequada capitalização do Grupo TAP, com vista ao crescimento sustentado da actividade do Grupo;
- 6.) Definição dos mecanismos, instrumentos e garantias para a conservação do domicílio e da base operacional do Grupo TAP em território português, por um período não inferior a dez anos
- 7.) Definição dos mecanismos de participação e envolvimento dos trabalhadores nas decisões estratégicas do Grupo TAP, nomeadamente através da sua participação em conselho consultivo ou órgão similar, **sem direito de veto** e onde devem também estar outros stakeholders relevantes para as decisões a tomar.

Lisboa, 23 de dezembro de 2014

O MINISTRO DA ECONOMIA

OS SINDICATOS:

O SECRETÁRIO DE ESTADO DAS INFRAESTRUTURAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES